



PREFEITURA DE CATAGUASES

DECRETO Nº 5.811/2023

Recepção a interpretação conforme a Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, do art. 15 da Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e IN da Receita Federal nº 2.145 de 26 de junho de 2023 para fins de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Cataguases/MG- Prefeitura Municipal e Câmara Municipal.

O Prefeito Municipal da cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 158, inciso I, da Constituição da República, que atribui aos Municípios a titularidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a tese fixada no Recurso Extraordinário nº 1.293.453, Tema nº 1130, publicado em 21 de outubro de 2021, da Repercussão Geral que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, as Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e IN nº 2.145/2023;

CONSIDERANDO que o imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);



PREFEITURA DE CATAGUASES

DECRETA:

Art.1º - Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Federal nº 9.249/1995, Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, na Instrução Normativa nº 1.234/2012 e na Instrução Normativa nº 2.145/2023, ambas da Receita Federal do Brasil.

Art.2º - Os órgãos públicos da Administração Pública Municipal Direta mantida pelo Município ficam obrigados, a partir de agosto de 2023, a efetuar as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na legislação referida no art. 1º desse Decreto, alcançando todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados, inclusive convênios com o terceiro setor, devendo os seus titulares providenciar no prazo de 60 (sessenta) dias, a alteração dos instrumentos contratuais, a fim de que passem a prever, expressamente, a obrigação de que trata o presente Decreto.

Parágrafo único – As entidades referidas no *caput* não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833/2003.

Art.3º - Não se aplica o artigo 3º, §6º da Instrução Normativa nº1.234/2012 da Receita Federal do Brasil quando da retenção do Imposto de Renda realizada pelos órgãos e entidades municipais de que trata este Decreto.

Art. 4º - A critério do órgão contratante,os contratos deverão ser notificados do disposto neste Decreto para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados e para fins exclusivos de IRRF, passem a observar o disposto no art. 64, e 5º, da Lei Federal nº 9.430, de 1996, no art. 15 da Lei Federal nº 9.249, de 1995 e nas Instruções Normativas nº 1.234/2012 e nº 2.145/2023, ambas da Receita Federal do Brasil.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Art.5º - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.

Art.6º - Não estão sujeitos do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no art. 4º da IN da RFB nº 1.234/2012.

Art.7º - As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere p art. 12 da Lei Federal nº 9.535, de 10 de dezembro de 1997; as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997; e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverão apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, as declarações constantes nos II, III e IV da IN RFB nº 1.234/2012, para fins de não retenção do IR na fonte.

Art.8º - Não será efetuada a retenção na aquisição de bens e serviços sobre os quais o Município realize pagamentos exclusivamente por meio de fatura ou boleto bancário com código de barras, quando inviável a realização de outra forma, até que sejam providenciadas as adequações necessárias e os referidos documentos possam ser emitidos pelas empresas fornecedoras já com o destaque da retenção e o valor líquido a ser pago.

Art.9 - As adequações necessárias ao cumprimento do caput, referentes aos 3º e 4º, não deverão ultrapassar o prazo de cento e vinte dias contados da ciência da comunicação ao fornecedor.

Art.10 - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir os documentos fiscais, notas fiscais, faturas ou recibos com observância às regras de retenção dispostas no Anexo I da Instrução Normativa RFB Nº 1234, de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º deste Decreto.



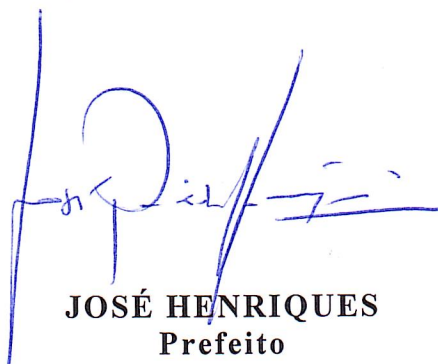
PREFEITURA DE CATAGUASES

Parágrafo único – Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não possam ser substituídos ou retificados por meio de Carta de Correção e para fins exclusivos de indicar a retenção, esta municipalidade, no momento do pagamento, deverá realizar a retenção.

Art. 11 - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 02 de agosto de 2023



JOSÉ HENRIQUES
Prefeito



EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração